



## **SORORIDADE NA PRAÇA: EDUCAÇÃO, MOVIMENTO SOCIAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PIQUENIQUE FEMINISTA**

### **SORORITY IN THE SQUARE: EDUCATION, SOCIAL MOVEMENT AND FUNDAMENTAL RIGHTS IN THE FEMINIST PIQUENIQUE**

*Maria Clara Arraes Peixoto Rocha<sup>1</sup>*

*Maria Luiza Bezerra Oliveira<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O objetivo dessa pesquisa é fazer uma análise para identificar se o movimento social Piquenique Feminista que acontece na região do Cariri cearense, pode ser classificado como um meio educativo, e, quais aspectos trazem para as teorias pedagógicas e a práticas educativas não formais das discussões voltadas para os Direitos Fundamentais das mulheres. O trabalho pretende estudar o espaço do Piquenique como sendo também um momento voltado para discussões acerca do cotidiano das mulheres e algumas dificuldades vivenciadas por estas. Foi feito estudo bibliográfico e pesquisa de campo atrelada a entrevistas com as participantes e organizadoras do movimento. A dinâmica popular do Piquenique é baseada também na sensibilidade das presentes no evento, sendo a metodologia dos encontros marcada por trocas de saberes políticos e sociais. Sendo assim, provoca, portanto, em relação à coisa designada, um juízo, um estado de espírito, uma dimensão de confiança e afetividade entre as mulheres. Consequentemente variam de acordo com as vivências e as culturas das falantes e ouvintes. O Piquenique é possível em virtude à

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente é bolsista da linha “Políticas Públicas do Grupo do Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais” com o projeto “Educação, Gênero e Política: a presença das mulheres cearenses no cenário político”, membra do Grupo de Estudo em Direitos Humanos e Direitos Fundamentais (GEDHUF). Participa da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA).

capacidade de aproximação de convicções inerentes a aspiração de transformar o meio, estabelecendo a luta por igualdade de direitos.

**Palavras-chave:** Movimentos Feministas; Ensino não formal; Direitos Fundamentais.

**ABSTRACT:** The project aims to make an analysis to identify whether the social movement is an educational exercise, and the context components for teaching and educational practices are not turned to the fundamental women's rights. The work is dedicated to studying the daily life of women and some difficulties experienced by women. The popular dynamics of the Picnic is one of the trends present in the event, being a methodology of the meetings marked by the exchanges of political and social knowledge. Therefore, it causes, in relation to the designated, a judgment, a state of mind, a nature of trust and affection among women. Consequently, they vary according to the experiences and cultures of speakers and listeners. The role is possible in relation to the ability to approximate the convictions inherent to an aspiration of style change, establishing a struggle for equal rights.

**Keywords:** Feminist Movements; Non-formal education; Fundamental Rights.

## INTRODUÇÃO

Os conceitos relacionados a movimentos sociais variam com o decorrer do tempo, das culturas e autores estudados. O grau de generalização ou de raciocínios de proposições depende da sua conjuntura. Na série de alegações que se dispõem, a primeira, por ser de ordem geral, afirma um movimento social como um meio coletivo que tem o objetivo político central de alcançar alguma mudança efetiva social; no entanto, os termos essenciais que irão constituir essa delimitação são marcados por subdivisões e especificidades que diferenciam de forma substancial cada movimento. (GOHN, 2004, p.12)

A decisão de analisar o movimento social Piquenique Feminista surgiu pela necessidade de registrar em formato de pesquisa acadêmica um pouco de como o evento acontece, quem são as mulheres que o frequentam, organizam, suas demandas e jeitos de

ser. De certa forma, atribuindo voz para as mulheres nas pesquisas acadêmicas, com a proposta de refletir sobre essas vivências relacionadas à educação popular em discussões também dentro das instituições de ensino formal, como universidades e escolas. Manifestar a seriedade de estatísticas e narrativas das mulheres que tiveram e têm uma barreira de serem reconhecidas nesses espaços, afirmando que “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência.” (LOURO, 1998, p. 21).

O trabalho teve como base metodológica qualitativa de estudos bibliográficos, estudo de campo com a realização de entrevistas orais com algumas das participantes/organizadoras e base quantitativa com a aplicação de um questionário autoadministrado online utilizando a ferramenta Google Forms. Tentando reunir assim, com mais condescendência as participantes do Piquenique Feminista. Tendo como intuito reunir o maior número de informações, sendo estas subjetivas e factuais.

Tendo em vista a relevância de se produzir levantamentos demonstrativos em torno das questões das mulheres.

[...] a educação superior expressa sua destinação última que é contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade. A universidade em seu sentido mais profundo, deve ser entendida como uma entidade que, funcionária do conhecimento, destina-se a prestar serviço à sociedade no contexto da qual ela se encontra situada. (SEVERINO, 1985, p. 23)

A mente humana não se satisfaz somente com a observação dos acontecimentos: procura investigar as suas motivações (GARCIA, 2003, p. 319), ponderando que o conhecimento se organiza, se reproduz, se produz, se sistematiza, se conserva e se transmite com o intuito de ressaltar seus resultados para sociedade: “Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os sujeitos fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também”. (FREIRE, 2005, p. 81)

## **1. DIDÁTICA NA PRAÇA E O PIQUENIQUE**

O Piquenique Feminista é um movimento social que se identifica como forma de evento, ou seja, não se consolida como um grupo, corporação, ONG, frente, coletivo,

partido, associação em sentido de ter uma organização interna definida e estruturada. Isso quer dizer que o Piquenique não tem uma base hierárquica de responsáveis demarcados, onde exista uma divisão exata de tarefas para cada sujeito, no qual as discussões acontecem com as mulheres sentadas em círculo nos espaços públicos da cidade de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha localizadas no sul do Ceará. Traduzindo assim, uma dimensão não-institucionaliza na perspectiva da esfera pública-governamental. (GOHN, 2004, p. 12).

Dessa forma, entendendo o Piquenique como movimento social na óptica de ser uma reunião entre mulheres, a fim de debater as problemáticas das mesmas em análise aos seus direitos, e suas formas de ser e suas inserções na sociedade machista e patriarcal. Já foi realizado (além dos espaços públicos), em escolas públicas em ato de apoio a greve estudantil, como também em universidades públicas.

O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995 *apud* NARVAZ; KOLLER, 2006, p.50).

Nesse caso, o Piquenique não demanda por enquanto de uma ordenação rígida para a sua organização e realizações de ações, tendo como base as decisões coletivas nos próprios encontros, a forma de ser das futuras ações. Em entrevista realizada por via virtual em julho de 2017, uma das frequentadoras, Pâmela Queiroz, 19 anos, afirma o caráter informal do Piquenique ‘‘O evento não exige muito esforço de estrutura e a ideia é que ele seja simples dessa forma: nos encontramos, compartilhamos e nos fortalecemos de algum jeito’’

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos os

grupos. (GONH, 2004, p. 13)

O Piquenique surge na cidade de Crato-CE em outubro de 2015 a partir de inquietação de mulheres universitárias junto de outras atuantes em outras organizações sociais do município, devido aos casos de assédio sexual (Código Penal Art. 216-A) e moral (Lei nº 12.250/06) sofrido por estas nos espaços universitários. Alguns episódios relatados por estudantes da Universidade Federal do Cariri e Universidade Regional do Cariri foram o estopim para principalmente mulheres jovens se movimentarem em algumas rodas de conversa a iniciativa de realizar um evento com outras mulheres para dialogar suas vivências e experiências em referência as suas dores e superações diante dos crimes que enfrentaram em sua maioria, silenciadas.

O primeiro Piquenique Feminista manifesta-se diante da campanha #PrimeiroAssédio<sup>3</sup> e junta mais de vinte mulheres jovens, entre 18 e 25 anos, na cidade de Crato, numa praça pública no horário da tarde, no qual vários casos foram compartilhados. Estabelecendo uma forma de ser diferenciada diante de alguns dos movimentos, organizações ou associações de mulheres existentes na cidade de Crato, existindo como um lugar de escuta e acolhimento entre as mulheres.

Em questionário realizado através de plataforma virtual Google Forms em julho de 2017, algumas das participantes do Piquenique responderam perguntas com o objetivo de traçar um perfil disposto entre faixa etária, situação econômica, composição do núcleo familiar, nível de escolaridade, zona de moradia e suas impressões acerca do Piquenique.

O objetivo de tais pesquisas pode ser o de medir frequências de características (situações, comportamentos, opiniões ou atitudes...) em uma população dada, mas em ciências humanas e sociais ela visa principalmente a analisar as relações entre estas características. (PAUGAM, 2015, p. 85)

No tocante a dinâmica metodológica de funcionamento das discussões do Piquenique, foi questionado se as meninas se sentem confortáveis para expor suas

---

<sup>3</sup> A hashtag #PrimeiroAssédio chegou aos Trending Topics do Brasil; ação foi criada pelo coletivo feminista Think Olga após uma das participantes do MasterChef Júnior ter sido alvo de comentários com teor sexual, mesmo tendo apenas doze anos. Em campanha no Twitter, mulheres relatam primeiros casos de assédio que sofreram. (ANJOS, 2015)

experiências, práticas e inquietações nos encontros, de 31 respostas foram apuradas um percentual de 80,6% de respostas “Sim” e 19,4% de respostas “Não” com relação ao compartilhamento de informações das participantes. Em relatos colhidos em alguns eventos, uma das críticas relacionadas a essa dificuldade de se pronunciar é sobre a centralização de falas por algumas participantes, já que algumas mulheres têm mais destreza para se conversar em público, essa sagacidade era devido a algumas já terem experiências em outras organizações políticas da cidade, por exemplo.

No questionário supramencionado, foi perguntando se as componentes do evento consideravam em alguns momentos, o espaço das conversas com falas e figuras centralizadas em algumas mulheres, e 54,8% responderam “Sim” contra 45,2% respostas “Não”, evidenciando a necessidade de se repensar atitudes do movimento no intuito de facilitar a troca de saberes entre ouvintes e falantes.

Outra crítica relacionada ao evento é devido ao fato de que só pessoas que se identificam com o gênero feminino podem frequentar. Outra frequentadora, Alana Maria Soares, 23 anos, que também em alguns momentos contribuiu na organização dos encontros, em entrevista realizada por via virtual em julho de 2017 afirma que:

O patriarcado nos atinge de maneiras diferentes de acordo com o nosso lugar no mundo. Eu acredito que nos faltam espaços de acolhimento misto, onde os homens possam nos escutar e também compartilhar as suas inquietações. Ressalto sempre a importância e a necessidade dos espaços auto organizados para o fortalecimento do movimento feminista e enquanto as mulheres não se sentirem fortalecidas entre si, não conseguiremos levar esse debate abertamente com os homens.

Após o primeiro encontro algumas meninas de forma espontânea foram se elegendo em grupos de duas ou três para construir um tipo de organização de funcionamento do evento, como a realização das ações de divulgação em redes sociais, espaços universitários e escolares, de organização dos temas sugeridos para ser feita a votação para encontros futuros entre outros. Essa organização é aberta para todas as meninas contribuíssem caso haja o interesse.

O piquenique aborda em maior parte dos encontros, temáticas feministas, como feminismo e as violências patrimoniais, morais, doméstica, psicológica, obstetrícia dentre outros assunto pertinentes à vida das mulheres. Foi perguntado no questionário se as mulheres sofrem/sofreram algum tipo de violência, evidenciando o resultado de 90,3%

respostas “Sim” e 9,7% de afirmativas “Não”. Nesse sentido, foi questionado se elas acreditavam que o Piquenique de alguma forma atendia as demandas com relação a essa violência, obtendo um resultado de 74,2% respondendo “Sim” de face para 25,8% “Não”. Afirma Pâmela Queiroz:

É ingênuo pensar que este evento, este encontro de mulheres, vá solucionar os problemas encarados pelas mulheres apenas pelo fato de serem mulheres que sofreram violência física, psicológica, moral, sexual, etc. O Piquenique não é equipamento do poder público, não tem orçamento, não tem grande infraestrutura, não tem instrumentos de atuação e nem profissionais capacitados para investir sobre tais questões, e esta não é sua proposta. Em momento algum se pensou o piquenique como o mecanismo que solucionaria o problema de gênero no Cariri. Impossível. Sua proposta, no entanto, vem no sentido de fortalecer a resistência das mulheres que conseguimos alcançar, via palavra amiga, via exemplos, via mão companheira para ajudar no que pudermos. Se esta ajuda significa acompanhar uma moça ao Centro de Referência da Mulher ou a Delegacia de Defesa da Mulher, onde lá encontrará apoio profissional, este será nosso papel. Se esta ajuda significa ouvir o depoimento de sofrimento da companheira e, a partir do laço que tivermos cultivado, estar ali demonstrando apoio a fim de fortalecer a ideia nenhum tipo de violência contra a mulher é justificável e que estamos juntas nessa luta, este será nosso papel.

Sobre as expectativas futuras do evento, durante as entrevistas e a ida aos encontros em sua maioria, ficou claro o entusiasmo de continuar por parte dessas mulheres em maior parcela jovens, entre 18 a 25 anos, a intenção de continuar e incorporar outras formas de ser do movimento. Afirma Alana Maria Soares:

Eu espero que de agora em diante possamos tentar construir um espaço cada vez mais acolhedor e maturo. Pensando sempre em melhorar nossa capacidade de escuta e aproximar outras meninas que podem ser importantes para o fortalecimento do nosso grupo. Espero que o grupo permaneça em crescimento sempre com ideias e ações eficazes. Fortalecendo também o movimento feminista da região do cariri, aproximando as meninas mais novas, dos debates.

## **2. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Os direitos humanos em conformidade com a *Declaração da II Conferência Mundial* se traduzem como históricos, universais, indivisíveis, independentes e inter-relacionados. Entendendo a magnitude desses direitos para efetivação dos valores culturais, sociais e econômicos no ordenamento civil.

A ideia de direitos humanos universais é uma construção cultural recente, resultado de lutas e conquistas históricas. Na história da humanidade ocorreram (e ainda ocorrem) trabalho escravo, violências, desigualdades, exclusões e privilégios de indivíduos e grupos. É no século XX, o século da educação (isto é, de expansão da escolaridade) que se dá a discussão e implantação de Programas de Direitos Humanos: direito à participação política, ao trabalho, à liberdade, à educação, à saúde, a uma vida digna e à diferença. (CARVALHO, *et al.*, 2016, p. 17)

As conquistas legais com relação à temática das mulheres (Lei 11.340/06, delegacia da mulher, etc) não se demonstra suficiente para combater, punir erradicar as violências sofridas pelas mesmas.

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Os institutos jurídicos tentam perceber, reproduzir e dominar a forma de vida dos sujeitos, o fazem por meio de sua forma de movimentar-se ao pé das ideologias sociais que estão em proximidade dominante com a manutenção da segurança de seu poder, junto do terrorismo adjunto da punição (como as restrições de liberdade, por exemplo).

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1993, p. 7-8)

No âmbito das organizações populares, a educação popular apresenta um destaque quando se tratam das trocas de vivências políticas, sociais e/ou valores culturais relacionados aos direitos humanos e fundamentais de cada cidadão na ordem civil. Essa ordenação educacional tem princípios emancipatórios, e que fogem do padrão normativo escolar tradicional, por exemplo. Tendo uma reverberação considerável quando se trata de quebrar paradigmas conservadores de ensino.

Entende-se nesse trabalho educação popular como sinônimo de educação cívica,

cidadã, comunitária, pedagogia social e não-formal. Analisando a definição de educação não-formal como “Toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (LA BELLE *apud* GADOTTI, 1982, p.2). Ressaltando também que não é objetivo dessa pesquisa estabelecer uma oposição sectária entre ensino formal e não-formal, e sim discutir a deferência de *sensocomunizar* (SANTOS *apud* CARVALHO *et al*, 1999) as contribuições da pedagogia social.

É importante lembrar que as diferenças e desigualdades de gênero são construídas, mantidas e reforçadas na dinâmica do currículo em ação e do currículo oculto, pois na escola ocorre também educação informal através das formas de relacionamento e convivência entre educadoras/es e alunos/as e da circulação de artefatos da cultura popular, dentro e fora da sala de aula. (CARVALHO, *et al*, 2016, p. 61)

Os direitos fundamentais reconhecem como pressuposto de uma sociedade democrática o acesso à educação, dessa forma que os indivíduos podem inteira-se dos seus direitos e deveres na ordem civil. (GADOTTI, 2012, p. 1).

Nesse sistema dualista atribuímos valores femininos e masculinos às coisas e às pessoas e as tratamos diferentemente em função desse valor atribuído, sendo sempre superior o valor masculino. Os homens são racionais, ativos e com capacidade de abstração no pensamento, enquanto se atribuem às mulheres características inferiores como a irracionalidade o sentimentalismo, a passividade. Essa é uma forma de organizar o pensamento, conseqüentemente, as relações sociais entre os indivíduos de sexos diferentes, garantindo a supremacia masculina. (SABADELL, 2008, p. 270).

O modo como as mulheres do movimento social alternativo Piquenique Feminista trocam saberes políticos, sociais e culturais é identificado nesse sentido de educação popular. De acordo com o questionário já citado, o público frequentante do evento se diversifica entre 35,5% de mulheres que têm o ensino médio completo, 45,2% tem diploma e/ou estão no ensino superior e 19,4% estão envolvidas com especializações/mestrado/doutorado/etc.

Quando no ambiente do Piquenique se discute conteúdos relacionados ao Direito brasileiro, a elucidação do assunto por parte de estudantes de Direito que o frequentam, professores e alguns profissionais com experiência na área, como componentes do Conselho da Mulher Cratense, mostram uma interdisciplinaridade na forma de repassar

informações de forma acessível acerca dos direitos das mulheres. Pensando que “A razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Daí que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam amos, simultaneamente, educadores e educandos.” (FREIRE, 1987, p. 82)

Discussões de como se dão os tipos de violências e crimes cometidos contra as mulheres, do mesmo modo que conversar, orientar, fazer ações, entender a Lei 11.340/06, experiências e medos relacionados à efetivação de denúncias nas Delegacias da Mulher. Compreendendo que o conhecimento não pode ficar enclausurado nas salas fechadas.

A região do Cariri cearense, lugar de atuação do movimento em estudo, evidencia altos índices de violências contra a mulher. Em análise das estatísticas disponibilizadas pela Delegacia da Mulher de Crato constata-se que é preciso haver mudança na forma como a sociedade se comporta diante da opressão sofrida pelas mulheres, no ano de 2013 foram realizados 977 Boletins de Ocorrência e destes 427 foram arquivados por desinteresse da vítima. Dentre estes casos, 208 foram por ameaça, 175 por lesão corporal dolosa e sete tentativas de homicídio. No ano de 2014 o número de Boletins de Ocorrência aumenta para 1080, e destes 297 foram arquivados por desistência da vítima, 43 flagrantes lavrados e 582 ordens de missão policial.

Analisando o fator histórico cultural como de fundamental importância para a iniciação de discussões jurídicas, políticas e econômicas evidencia-se que há necessidade da criação de políticas públicas com enfoque na educação voltada para a violência de gênero.

Segundo O Mapa da Violência 2012 – Instituto Sangari, o Ceará tem uma taxa de 3,7 homicídios por ano em cada 100 mil mulheres, ocupando a 21ª posição no ranking nacional.

Em entrevista realizada no ano de 2015 com uma das representantes de um dos movimentos feministas da região do Cariri, a “Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri”, a assistente social Suamy Soares, afirmou:

Todas as mulheres e homens que compõem a Frente já têm ações de enfrentamento às múltiplas formas de violência nas suas entidades; e de certa maneira isso já faz a Frente ter certa aproximação com as mulheres. Nós realizamos uma formação com as componentes da Frente e a nossa postura para 2015 é ampliar as atividades para os bairros periféricos e dialogar com as mulheres trabalhadoras e camponesas. Por outra parte, recebemos muitas mulheres que estão em situação de violação e nos procura para assessoria ou

apenas como espaço de compartilhamento de sentimentos. Estamos abertas para receber as mulheres e encaminhá-las para as autoridades competentes, pois a Frente não resolve as demandas das mulheres, nosso objetivo é pressionar o Estado para que ele cumpra sua função.

Percebendo assim, o Piquenique um espaço de discussões sobre direitos quando nos seus encontros tem se constituído em um lugar de: definição de pauta de luta, formação para as mulheres, elaboração de projetos e propondo a manutenção e consolidação de legislação que assegurem os direitos das mulheres. E o mais instigante, com a possibilidade real de ajudar os cursos de formação em bacharelado em Direito de refletirem sobre sua habilitação, ensino, ações de pesquisa e extensão.

## **CONCLUSÃO**

As reproduções dos valores de gênero, sexo e sexualidade como marcadores do regime educacional e identidades sociais de modelos de aprendizagem, é categórica para combater a desigualdade. A necessidade de se debater uma educação menos hierárquica, mais flexível representa uma forma de superação referente à elucidação dos direitos humanos e fundamentais dos cidadãos.

Embora a legislação brasileira tenha demonstrado uma evolução na luta feminina contra a discriminação e a violência, e que os movimentos feministas estejam crescendo, inclusive nas cidades de interior, ainda se precisa do apoio de outros recursos para dar visibilidade aos movimentos de mulheres. Em busca de uma sociedade mais igualitária em seus direitos, deixando a indispensabilidade de discutir, bem como integrar o feminismo como valor humano.

Assim, os movimentos que lutam em virtude da questão de gênero, atuam como formadores de opiniões trabalhando no aspecto da mudança social, para então aceitação e cumprimento das demandas legais, e também na realização de cobranças por parte da população para que o Estado cumpra com os requisitos necessários para erradicar a violência contra o ser feminino em todo seu entendimento, ajudando a mulher se empoderar dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Anna Beatriz. **Em campanha no Twitter, mulheres relatam primeiros casos de assédio que sofreram.** Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/10/22/em-campanha-no-twitter-mulheres-relatam-primeiros-casos-de-assedio-que-sofreram/>>. Acessado em 13 de jul. 2017.

BRASIL. Lei 12.250, de 09 de fevereiro de 2006. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

DE FARIA, Bento. **Código penal brasileiro: comentado: Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Record, 1959.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido* (1970). **Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.**

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal - Suíça , 18 au 22 octobre 2005.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 23. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n. 01, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade E Educação Uma Perspectiva Pós-Estruturalista.* 1998.

MILLET, Kate. **Política Sexual.** Trad. Alice Smapaio. Portugal: Dom Quixote, 1970.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Revista Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 49-55; jan/abr, 2006.

PAUGAM, Serge (Org.) **A pesquisa sociológica.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *...* Educação e mudança, v. 18, 2014.

SABADDEL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica.** 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 272p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, P. M. Q. **Entrevista sobre o Piquenique Feminista**. Crato-CE, julho de 2017. Entrevista concedida a Maria Clara Arraes Peixoto Rocha.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 12. Ed. São Paulo Cortez/ Autores Associados, 1985.

SOARES, A. M. **Entrevista sobre Piquenique Feminista**. Crato-CE, julho de 2017. Entrevista concedida a Maria Clara Arraes Peixoto Rocha.

SOARES, S. R. **Entrevista sobre Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri**. Crato-CE, julho de 2015. Entrevista concedida a Maria Clara Arraes Peixoto Rocha.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Os **novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em:< [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Mapa-Violencia-2012\\_HomicidiosMulheres.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Mapa-Violencia-2012_HomicidiosMulheres.pdf)> Acesso em: 03 set. 2017